

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na Bahia: relações inter-governamentais e capacidade da burocracia.

Dissertação de mestrado apresentada por Sara Braga de Melo Fadigas em 2014.

Orientador: PROF. DR. ALVINO OLIVEIRA SANCHES FILHO

Resumo:

Este trabalho analisa a implementação da política de Assistência Social, elevada ao status de política pública pela Constituição de 1988, mas que apenas recentemente ingressou em seu processo de institucionalização e consolidação. A análise aqui empreendida visou preencher, ainda que brevemente, a lacuna de estudos desta política ainda recente e pouco estudada pela Ciência Política, partindo de um esforço em compreender a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) através do mapeamento da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios da Bahia e do exame das relações intergovernamentais do ponto de vista do seu financiamento e das relações burocráticas contemplada pela literatura que trata da implementação de políticas públicas nos municípios de Camaçari e Feira de Santana. A análise é guiada a partir de três variáveis da dimensão do poder infra-estrutural do conceito de Capacidade de Estado de Mann (1986) – variável infra-estrutural, burocrática e financeira. Segundo esta dimensão da Capacidade de Estado, o poder-infraestrutural consiste na capacidade que o governo tem de adentrar na sociedade e implementar logisticamente suas decisões políticas. A pesquisa cumpre, portanto, dois momentos; no primeiro, os municípios baianos foram analisados a partir destas três variáveis, segundo os dados da MUNIC e do DataSUAS; no segundo momento, foi selecionada uma amostra não aleatória de dois municípios – Camaçari e Feira de Santana – segundo o critério políticopartidário e o tamanho do porte do município por nível de habilitação do SUAS, e analisados seus perfis socioeconômicos e suas capacidades infra-estruturais. Quanto à estrutura que garante a efetivação da PNAS no conjunto dos municípios baianos, observouse um movimento no sentido do seu fortalecimento, na medida em que há um crescimento na regulamentação e formação de Conselhos, Fundos, Políticas e Planos Municipais, bem como da implantação dos CRAS. Do ponto de vista das relações intergovernamentais, foi possível apontar que houve um fortalecimento do governo federal, uma transferência de poder para os entes municipais e um enfraquecimento das funções do governo estadual. Do ponto de vista da análise da burocracia, a implementação da política indicou movimentos tanto no sentido top-down, identificando a centralização do governo federal por meio da vinculação de recursos e de sua extensa normatização, como também no sentido bottom-up, uma vez que a política deixa brechas para os municípios atuarem com seu poder de autonomia e discricionariedade. Dessa forma, é possível identificar que a institucionalização, ou potencialização da capacidade do Estado em implementar suas decisões políticas, tem ocorrido e segue avançando, ainda que em alguns áreas tal processo se dê de forma mais limitada. Contudo, os achados da pesquisa apresentam-se mais como estímulos do que resultados definitivos, impondo a necessidade de retomar questões aqui abordadas em trabalhos futuros.

Palavras-chave: Políticas sociais, Assistência Social, Capacidade de Estado, Relações Intergovernamentais, Burocracia

Banca examinadora: Prof(a). Alvino Oliveira Sanches Filho Prof(a). Cristiana Mercuri de Almeida Bastos Prof(a). Valdemar Ferreira de Araújo Filho